



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 666/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 066/2021

OBJETO	AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS E ESTANTES EM AÇO
---------------	---

FUNDAMENTO LEGAL	Artigo 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações
-------------------------	---

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	<u>449052-42</u> – Equipamentos e Material Permanente/Mobiliário em Geral
-----------------------------	--



CAMARA MUNICIPAL DE JATAI
PRACA DA BANDEIRA S/N - CENTRO
JATAI - GOIÁS
CGC 24.858.805/0001-39

REQUISIÇÃO
001405/21

Página 1

REQUISIÇÃO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

FINALIDADE USO DO ALMOXERIFADO

REPARTIÇÃO DO REQUISITANTE	NOME DO REQUISITANTE	CÓDIGO	DATA	QTDE	VALOR	PROD.	PRODUTO / SERVIÇO REQUISITADO	UNDIDADE	STATUS
ALMOXARIFADO	Vilton Rogerio Coelho		19/08/2021	2	1,98 x 0,80	649	000649-ARMÁRIO DE AÇO C/ 02 PORTAS E TRAN	PÇ	Pendente
			19/08/2021	6		1615	001615-ESTANTE EM AÇO ABERTA C/05 MED:1.98X0.92X0.30	UND	Pendente



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo



0000002021666

Número do Processo

666/2021

WWW.JATAI.GO.LEG.BR

Órgão de Origem

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

Departamento de Origem

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO ELETRÔNICA - DDE

Interessado

DULCILENE LOURENÇO DE OLIVEIRA FREIRE

Assunto

Solicitação de Compra

Data/Hora

26/08/2021 15:27

Descrição

Aquisição de Armário e Estante de aço.

Visualizar Anexo:



Resp. Autuação

MAURICIO VILELA FILHO

Previsão

Processo Agrupador

Nr. Doc

Valor

R\$ 0,00

Armário e Estante									
Estimativa de Custo									
ÍTEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	UNID.	QTD.					Média	Valor total
				Mafer Comércio de Móveis	Equifla Móveis	Internet	Max Estofados	valor Unit.	estimado
				CNPJ – 09.427.031/0001-06	CNPJ – 15.264.251/0001-50	Magazine Luiza	Fone – 64-9 9959.0060		
1	Armário de Aço c/ 2 portas e tranca	UNID.	2	R\$ 1.200,00	R\$ 1.100,00	R\$ 1.162,60	R\$ 1.290,00	R\$ 1.188,15	R\$ 2.376,30
2	Estante de Aço aberta c/ 05 prateleiras	UNID.	6	R\$ 350,00	R\$ 260,00		R\$ 370,00	R\$ 326,67	R\$ 1.960,00
								Estimado:	R\$ 4.336,30

Jataí, 26 de agosto de 2021


 Dulcilene L. de Oliveira Freire
 Chefe do Deptº de Compras

MAFER COMERCIO DE MOVEIS LTDA

AV. JOÃO BELO ESQ COM AUGUSTA BASTOS Nº 2271 JARDIM GOIÁS RIO VERDE- GO

CNPJ: 09.427.031/0001-06

I.E: 10.427.802-1

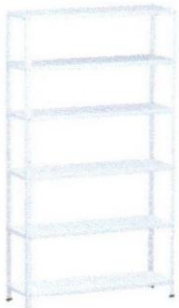
FONE: 3612-3069



ORÇAMENTO

DATA:23/08/2021	VENDEDOR: KARINA
CLIENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ	
CNPJ/ CPF: 00.671.075.0001/02	
FONE:	
ENDEREÇO	
CIDADE: RIO VERDE	
E-Mail	

ITEM		DESCRIÇÃO	QTD	UNITARIO	TOTAL
1		ARMÁRIO DE AÇO VENTILADO (2 PORTAS) 1,90X0,90X 0,40. (COR: CINZA)	2	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00

ITEM		DESCRIÇÃO	QTD	UNITARIO	TOTAL
2		ESTANTE DE AÇO ABERTA 1,98X0,92X 0,30. (COR CINZA)	6	R\$ 350,00	R\$ 2.100,00
				TOTAL	R\$ 4.500,00

ORÇAMENTO VÁLIDO POR 15 DIAS.



EQUIFLA
MÓVEIS

Sardinha & Moraes Ltda - EPP

CNPJ: 15.264.251/0001-50

Av. Goiás, nº 2186, Santa Maria

Jatá - GO

Fone: (64) 3632-6665

e-mail: equiflamoveis@gmail.com

CAMERA MUNICIPAL

QUANT	PRODUTO	UNIT.	TOTAL
2	ARMARIO DE AÇO 1,98 X 0,90 X 0,40	R\$ 1.100,00	R\$ 2.200,00
6	ESTANTE DE AÇO 1.98 X 92 X 30 COM 5 BANDEJAS	R\$ 260,00	R\$ 1.560,00
			R\$ 3.760,00

EMPRESA ENQUADRADA NO SIMPLES NACIONAL

FRETE: CIF

PRAZO DE ENTREGA: A COMBINAR

VENDEDOR: FLAVIO (64)3632-6665

BANCO DO BRASIL

AGENCIA :313-1

CONTA CORRENTE :150-3



magalu

Nossas lojas Tenha sua loja Regulamentos Acessibilidade Guia de segurança

Atendimento Compre pelo tel: 0800 773 3838 Meus pedidos

procure por código, nome, marca...

Bem-vindo :)
Entre ou cadastre-se

Todos os departamentos

Ofertas do dia

Celulares

Móveis

Eletrodomésticos

Tv e Vídeo

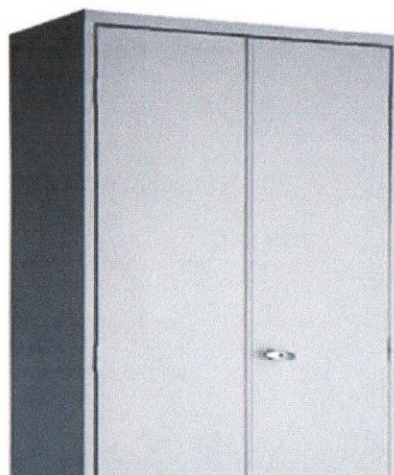
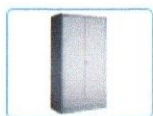
Informática

Saldão

Netshoes

Móveis > Outros Móveis

Armário de aço pa 90. - Moveis Vitorino

Código kkg6fk0b65 | [Ver descrição completa](#) | [MOVEIS VITORINO](#)★★★★★ [Avaliar produto](#)Vendido e entregue por [Vitorino Moveis](#)por R\$ **1.162,60**

em 12x de R\$ 96,88 sem juros

[Mais formas de pagamento](#)[Adicionar à sacola](#)

O Magazine Luiza não se responsabiliza pela montagem,
instalação ou danos aos produtos. Saiba mais

Armário de aço pa 90. - Moveis Vitorino

Pesquisa de Preços em Licitações - Banco de Preços

<https://www.bancodeprecos.com.br/Account/Login?ReturnUrl=%2f> Adicionar à sacola[Voltar ao topo](#)[Descrição completa](#)[Avaliação dos clientes](#)[Formas de pagamento](#)

Armário de aço pa 90. - Moveis Vitorino

ARMÁRIO DE AÇO PA 90.

Armário de Aço, confeccionado em aço chapa 26.

Chapa de 0,45mm, possui 02 portas grandes e 04 prateleiras, Reforço nas portas. capacidade de 20kg por prateleira. Pintura eletrostática epóxi pó antiferrugem.

Características

- Quantidade de Portas: 02
- Cor: Cinza Padrão
- Chapa: 26 / 0,45mm
- Pés removíveis: Não
- 4 prateleiras
- Pintura: Epóxi Pó

ALTURA: 1,98 cm

LARGURA: 0,90 cm

PROFUNDIDADE: 0,40 cm

PESO: 35 kg



Max Estofados



Foto

Vcs têm esses produtos?

16:26 ✓✓



0:07

16:34



0:09

16:34 ✓✓



0:07

16:38



Tá ótimo

17:40 ✓✓

Obrigada!

17:40 ✓✓

2 MENSAGENS NÃO LIDAS

Hoje

Você



Foto

PRODUTO
ARIO DE AÇO 1,9
AÇO 1.98 X 92 X

1.290,00 e 370,00 a unidade

08:31

Bom dia

08:31





ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 28989639

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

SARDINHA & MORAIS LTDA EPP

CNPJ

15.264.251/0001-50

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.562.853.550

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 30 AGOSTO DE 2021

HORA: 14:16:01



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SARDINHA & MORAIS LTDA
CNPJ: 15.264.251/0001-50

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:18:59 do dia 26/08/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/02/2022.

Código de controle da certidão: **D3F7.5A31.C901.1757**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**PREFEITURA DE
JATAÍ**

MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ

RUA ITARUMÃ Nº: 355 Bairro: SETOR SANTA MARIA CEP: 75800-089

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME: SARDINHA & MORAIS LTDA - EPP

CCP: 124378

CPF/CNPJ: 15.264.251/0001-50

TELEFONE: 6436311496

ENDEREÇO: AV. GOIAS, Nº 2186, QD. 0037, LT. 0001, VILA SANTA MARIA, JATAÍ - GO, CEP: 75800-133

FUNDAMENTO LEGAL

CERTIFICA PARA OS DEVIDOS FINS, QUE O SUJEITO PASSIVO NÃO POSSUI PENDÊNCIAS PERANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ-GO.

RESERVA-SE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL O DIREITO DE LANÇAR E COBRAR POSTERIORMENTE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DE RESPONSABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO ACIMA EPIGRAFADO, QUE VIEREM A SER APURADAS E CONSTITUÍDAS, INCLUSIVE NO PERÍODO DESTA CERTIDÃO.

A autenticidade desta certidão poderá ser verificada no site da prefeitura, conforme dados abaixo:

AUTENTICAÇÃO: EOMKM3QU

EMIÇÃO: 30/08/2021

VALIDADE: 29/09/2021

WWW.JATAI.GO.GOV.BR



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SARDINHA & MORAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 15.264.251/0001-50

Certidão nº: 26724424/2021

Expedição: 30/08/2021, às 14:00:00

Validade: 25/02/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SARDINHA & MORAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **15.264.251/0001-50**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Câmara Municipal de Jataí

1

O poder que vem do povo

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO REFERENCIAL N° 001/2019

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços comuns. Dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93 e alterações. Requisitos legais. Possibilidade, desde que observadas as recomendações constantes neste Parecer Jurídico Referencial.

Possibilidade de adoção de Parecer Jurídico Referencial

A Procuradoria Jurídica desta Câmara Municipal de Jataí tem o dever legal de emitir parecer jurídico sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

Todavia, admite-se a figura do Parecer Jurídico Referencial, que é aquele que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, dispensando a análise individualizada, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação referencial.

Com efeito, trata-se de uma possibilidade jurídica perfeitamente aceitável que se coaduna com o princípio da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, sobre a qual o TCU manifestou-se favoravelmente à sua adoção pela Advocacia-Geral da União, nos seguintes termos:

"9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma." (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário). Grifo inserido

Assim, a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jataí adota esse Parecer Jurídico Referencial, nos casos que envolvam dispensa de licitação em função do valor, prevista no art. 24, II, da Lei 8.666/93.



Requisitos legais para Dispensa em função do valor e contratação direta.

Saliento que incumbe a esta Procuradoria analisar o processo sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

O art. 37, XXI da Constituição Federal, preceitua que *“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

Depreende-se do dispositivo constitucional supracitado que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização prévia de licitação nas contratações do Poder Público.

Todavia, essa regra foi excepcionada pela própria Lei das Licitações, permitindo a contratação direta sem a realização de certame em determinadas hipóteses legais.

Estas hipóteses, previstas na Lei 8.666/93 – Lei das licitações, são de duas espécies, e são denominadas de contratação direta; podendo ocorrer por dispensa de licitação, ou, inexigibilidade de licitação, estabelecidas nos artigos 24 e 25, respectivamente.

O Art. 24, II, da Lei das Licitações, estabelece que:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

... omissis

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Os valores previstos no Art. 23, inciso I, alínea “a”, referido na norma supracitada, foram atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, nos seguintes termos:

“Art. 1º. Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e



c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais)."

Dessa forma, é dispensável a licitação para compras e serviços, que não sejam de obras e serviços de engenharia, no valor de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), devendo o departamento técnico responsável verificar o enquadramento matemático do valor da contratação pretendida ao valor referido.

Todavia, não se pode descuidar do correto procedimento para contratação direta, que deve ser iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.

Numa interpretação sistemática, deve-se adotar nos casos de dispensa, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, o Parágrafo Único do Art. 26 da Lei das licitações, e o processo de dispensa deve ser instruído ainda com:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso,

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço,

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com relação a justificativa do preço, convém frisar a necessidade de realização de ampla e adequada pesquisa de preços, para subsidiar a melhor contratação, ou seja, aquela que melhor atende ao interesse público.

A Administração deverá observar a necessidade de preferência para a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte, em observância à Lei Complementar nº 123/2006.

O contrato a ser firmado para contratação direta pode ser substituído pela nota de empenho, na forma do art. 62, da Lei 8.666/93.

Frise-se que a Administração deve aferir a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, da empresa selecionada para fornecimento de produtos ou prestação de serviços para a Câmara Municipal.



Conclusão

Por todo o exposto, uma vez atendidas as recomendações apontadas neste Parecer Jurídico Referencial, no seu aspecto jurídico, resguardados o juízo de conveniência e oportunidade do Gestor, nos limites da Lei; ressalvadas, ainda, as questões de ordem fática e técnica, ínsitas à esfera administrativa, o procedimento estará apto para a produção de seus regulares efeitos.

Sendo Referencial o presente parecer, os processos administrativos que guardarem relação inequívoca e direta com a fundamentação aqui realizada, dispensam análise individualizada, desde que o setor competente ateste, de forma expressa, que o caso concreta amolda-se aos termos desta manifestação, conforme modelo em anexo.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 28 de maio de 2019.

Renata Silva Oliveira
Procuradora Jurídica

RENATA SILVA
OLIVEIRA:60724919
104

Assinado de forma digital por
RENATA SILVA
OLIVEIRA:60724919104
Dados: 2019.05.28 16:22:13 -03'00'



Câmara Municipal

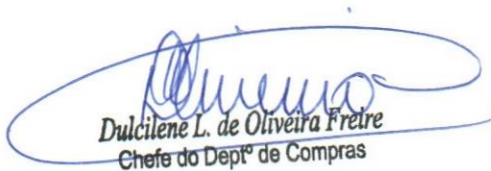
PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

ANEXO

ATESTADO DE CONFORMIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO COM O PARECER JURÍDICO REFERENCIAL Nº 001/2019.

Atesto que o Processo Administrativo nº **666/2021**, que objetiva a contratação de empresa **SARDINHA & MORAIS LTDA**, por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, amolda-se à manifestação jurídica referencial exarada no Parecer Jurídico Referencial no 001/2019.

Jataí, 26/08/2021


Dulcilene L. de Oliveira Freire
Chefe do Deptº de Compras



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

CERTIDÃO

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário suficiente na dotação **449052 / 42 Equipamentos e Material Permanente / Mobiliário em Geral**, para ocorrer despesas com este tipo de aquisição para a Câmara Municipal de Jataí.

CERTIFICAMOS ainda que já foi feita reserva orçamentária no valor de R\$ 3.760,00 (tres mil setecentos e sessenta reais) nesta dotação.

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATAÍ, 30 de agosto de 2021.


Adonae Augusto Pereira

TC CRC GO 2210/0-4



PARÂMETROS -> Todas dos órgãos escolhidos

COMPARATIVO DA DESPESA COMPLETO POR DOTAÇÃO DE 30/08/2021 ATÉ 30/08/2021

CÓDIGOS	TÍTULOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				EMPENHADO		SALDO DOTAÇÃO	LIQUIDADO		PAGO		DESPESAS A PAGAR
		ORÇADO	PERÍODO	ACUMULADO	DOT. ATUALIZ.	PERÍODO	ACUMULADO		PERÍODO	ACUMULADO	PERÍODO	ACUMULADO	
01	CAMARA MUNICIPAL												
01	CAMARA MUNICIPAL												
01	LEGISLATIVA												
01.031	Acao Legislativa												
01.031.0139	PROCESSO LEGISLATIVO												
1001	OBRAS,INSTAL.EQUIP.CAMARA MUNICIPAL												
0001.4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes	218.196,31			218.196,31			218.196,31					
0002.4.4.90.52.00	Equipamentos e Materiais Permanentes	453.360,24		103.000,00	556.360,24		124.257,90	432.102,34		118.097,90		118.097,90	6.160,00
35	Equipamentos de Processamento de Dados						103.757,90			103.757,90		103.757,90	
42	Mobiliario em Geral						8.500,00			5.000,00		5.000,00	3.500,00
51	Pecas nao Incorporaveis a Imoveis						12.000,00			9.340,00		9.340,00	2.660,00
	SOMA - OBRAS,INSTAL.EQUIP.CAMARA MUNICI	671.556,55		103.000,00	774.556,55		124.257,90	650.298,65		118.097,90		118.097,90	6.160,00
2001	MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL												
0005.3.1.90.04.00	Contratacao por Tempo Determinado	2.000,00			2.000,00			2.000,00					
0006.3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	11.635.818,60		-100.000,00	11.535.818,60		6.724.086,13	4.811.732,47		6.724.086,13		6.724.086,13	
03	Pessoal Cargo Efetivo (Vinculado ao RPPS), exclu						2.307.539,50			2.307.539,50		2.307.539,50	
05	Pessoal Cargo Comissionado, exclusive FUNDEB						3.576.897,35			3.576.897,35		3.576.897,35	
06	Subsidio Vereador						756.012,34			756.012,34		756.012,34	
10	Subsidio Presidente da Câmara						83.636,94			83.636,94		83.636,94	
0007.3.1.90.16.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	2.000,00			2.000,00			2.000,00					
0009.3.1.90.92.00	Despesas de Exercicios Anteriores	100,00			100,00			100,00					
0010.3.3.90.14.00	Diarias - Civil	85.000,00			85.000,00		29.250,00	55.750,00		29.250,00		29.250,00	
0011.3.3.90.30.00	Material de Consumo	513.000,00			513.000,00		409.377,10	103.622,90		93.012,59		93.012,59	316.364,51
01	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos						116.167,84			24.734,36		24.734,36	91.433,48
04	Gas Engarrafado						3.350,00			550,00		550,00	2.800,00
07	Generos de Alimentacao						60.377,44			12.975,18		12.975,18	47.402,26
15	Material para Festividades e Homenagens						1.440,00			920,00		920,00	520,00
16	Material de Expediente						69.010,00			5.841,44		5.841,44	63.168,56
17	Material de Processamento de Dados						1.500,00			105,00		105,00	1.395,00
21	Material de Copa e Cozinha						24.932,98			4.274,17		4.274,17	20.658,81
22	Material de Limpeza e Producao de Higienizacao						61.059,25			15.337,00		15.337,00	45.722,25
24	Material para Manutencao de Bens Imoveis						12.400,00			2.722,45		2.722,45	9.677,55
25	Material para Manutencao de Bens Moveis						4.969,59			1.966,02		1.966,02	3.003,57
26	Material Eletrico e Eletronico						15.000,00			5.055,75		5.055,75	9.944,25
28	Material de Protecao e Seguranca						7.107,00			2.367,00		2.367,00	4.740,00

PODER LEGISLATIVO

C.N.P.J.: 24.858.805/0001-39

- D E O F -**01****DOCUMENTO DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

- ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO -

CERTIFICADO DE REGULARIDADECertifico para os devidos fins que a presente
despesa foi atestada**CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO**

SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO Nº DECRETO: 0000042015

1 - IDENTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - CÓD.		1.2 - DOCUMENTO					1.3 - FONTE DE RECURSOS			1.4 - NÚMERO	
6527		NOTAS DE EMPENHO					Recursos Ordinários / Recursos que não se enqu			-1	
1.5 - DATA DE EMISSÃO		1.6 - NÚMERO DO PROCESSO			1.7 - TIPO		1.8 - FICHA		1.9 - SALDO ANTERIOR		
30/08/2021		0000666/21			GLOBAL		0002.000				
1.10 - EXERC.	1.11 - ÓRGÃO	1.12 - UND.	1.13 - FUNC.	1.14 - PROG	1.15 - SUBFUN	1.16 - P/A	1.17 - NAT.DESPESA	1.18 - FONTE / DESTINAÇÃO	1.19 - VALOR		
2021	01	01	01	0139	031	1.001	4.4.90.52.42	100.000	3.760,00		
1.20 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA									1.21 - SALDO ATUAL		
CAMARA MUNICIPAL											
1.22 - PROJETO / ATIVIDADE									1.23 - REQUISIÇÃO		
OBRAS, INSTAL. EQUIP. CAMARA MUNICIPAL											

2 - DADOS DO BENEFICIÁRIO OU RECOLHEDOR

2.1 - NOME		2.1 - CPF OU CNPJ			
SARDINHA & MORAIS LTDA - EPP		15.264.251/0001-50			
2.3 - ENDEREÇO		2.4 - MUNICÍPIO		2.5 - UF	
AV. GOIÁS Nº 2.186		JATAI		GO	

3 - HISTÓRICO

3.1 - ESPECIFICAÇÃO			
AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS ESTANTES P/ O DEPTO DE ALMOXARIFADO.			
3.2 - CERTIFICADO			
4.1 - VALOR DO DOCUMENTO POR EXTENSO		4.2 - VALOR	
(TRES MIL E SETECENTOS E SESSENTA REAIS)		3.760,00	

MARINA SILVEIRA MARTINS
CPF: 433.459.801-34
PRESIDENTE DA CÂMARA
ADONAE AUGUSTO PEREIRA
CPF: 075.191.841-53 CRC: 2210/0-4GO
CONTADOR